

Jan  
Tinbergen

## A Previsão do Emprego

### 1. *Observações Preliminares*

O presente estudo é uma tentativa de síntese dos estudos apresentados pelos peritos francêses, holandêses e sueco, completada com alguns comentários do autor sobre os países em vias de desenvolvimento. O esforço de síntese visou sobretudo fornecer um quadro sistemático e coerente dos métodos de previsão e de planificação descritos nestes três estudos.

Não é inútil precisar, através de algumas observações preliminares, certas questões de terminologia e de classificação. O objecto principal da previsão do emprego é a procura e a oferta de mão-de-obra; a combinação destes factores dá origem a um certo volume de emprego, expressão que define, sem dúvida melhor, o aspecto quantitativo da mão-de-obra. Do lado da oferta uma função importante cabe à educação; este termo, que é utilizado aqui na sua mais larga acepção, cobre as diversas formas de ensino, oficiais ou não, e a formação geral ou especializada.

Far-se-á uma distinção entre os métodos de previsão e de planificação, conforme os períodos cobertos forem a prazo mais ou menos longo. A expressão «a curto prazo» compreenderá aqui períodos duma duração máxima de um ano; o «médio prazo» vai de um a cinco anos; enfim, o «longo prazo» cobrirá períodos superiores a cinco anos.

Sob certos aspectos, os métodos utilizados serão diferentes conforme os períodos estudados. Por exemplo, a educação não poderia desempenhar um papel considerável nos planos a curto prazo ou, se se preferir, a planificação escolar deve necessariamente ser uma obra de longa duração.

Qualquer que seja o processo de previsão ou de planificação estudado, é útil distinguir os elementos seguintes: o objecto do estudo, as operações a efectuar, a organização encarregada destas operações (isto é, o conjunto das pessoas nelas ocupadas, segundo

---

*N. da R.* — Este documento é, em tradução portuguesa, o relatório apresentado pelo Prof. Jan Tinbergen à «Sessão Internacional de Estudos sobre as Técnicas de Previsão do Emprego», realizada em Bruxelas de 4 a 7 de Junho de 1962, por iniciativa da O.C.D.E.

uma certa hierarquia), os métodos — científicos — a utilizar e o procedimento a seguir. Por procedimento entender-se-á, na continuação do estudo, a definição dos contactos exteriores a estabelecer e a ordem na qual eles serão tomados. É evidente que todos os elementos que se acaba de enumerar estão estreitamente ligados.

A maior parte do estudo será consagrada aos métodos e às operações, mas numa última secção serão expostas algumas observações complementares sobre a organização e o procedimento.

A análise exacta dos métodos e das operações pressupõe a definição, em termos precisos, do objecto do estudo ou do problema a resolver: no caso dum problema quantitativo, isto significa que o enunciado deve ser expresso sob forma matemática. Nenhuma fórmula matemática será utilizada no presente estudo, mas certos conceitos de carácter matemático ajudarão a compreender melhor os problemas postos à previsão do emprego. A sua solução exige sempre a definição das incógnitas e das relações ou equações que permitem encontrar o seu valor. Antes de poder determinar as incógnitas, é preciso conhecer os dados do problema; a operação deve portanto desenvolver-se em duas etapas precisas: a) O enunciado dos dados; b) O cálculo das incógnitas.

Estas operações podem por sua vez subdividir-se em várias fases. Desde já se observa a utilidade destes conceitos para o trabalho de *previsão* ou de *planificação*. As incógnitas diferem, conforme se trata desta ou daquela. Num problema de previsão cujo principal objecto é o emprego, este constitui a incógnita; mas torna-se num dado logo que a questão se põe noutros termos: por exemplo, como elaborar um plano de pleno emprego. É preciso portanto distinguir cuidadosamente os dois problemas. Contudo, dadas as analogias numerosas que os processos de previsão ou de planificação apresentam (quer a longo quer a curto prazo), os autores dos três estudos e o relator geral preferiram abster-se de estudar estes quatro aspectos sucessivamente. Está portanto traçada uma lista única de operações, mencionando os casos onde um ou outro dos quatro processos se podia afastar. De facto, poder-se-ia identificar um número ainda maior de processos deste género, pois os procedimentos seguidos nos países evoluídos nem sempre são aplicáveis às regiões em vias de desenvolvimento.

## 2. *Previsões demográficas*

Qualquer que seja o problema a considerar, quer se trate de previsão ou de planos, a longo ou a curto prazo, a evolução demográfica através do período estudado constituirá sempre um dos seus dados essenciais. Não sendo esta evolução, em regra, quase nada influenciada por factores económicos, poderemos estudá-la desde já. Contudo, se estes factores exercessem, excepcionalmente,

qualquer influência, seria sempre possível operar ulteriormente ajustamentos secundários<sup>1</sup>.

O que mais conta para o mercado do trabalho, são as perspectivas de evolução dos grupos de idades compreendidas entre 15 e 65 anos. É bastante fácil avaliá-las com certa precisão para um período de 15 anos, pois todos os indivíduos considerados nasceram no período em que é feita esta previsão. As cifras relativas a cada grupo vão sendo reduzidas ao longo dos anos devido à mortalidade. Se a idade do período escolar obrigatório for elevada, certos grupos de idades já não terão acesso ao mercado do trabalho. Dar-se-á o mesmo — inversamente — se a idade da reforma for modificada. A análise é diferente segundo o sexo: as percentagens de candidatos ao trabalho são, no interior de cada grupo de idades, muito mais baixas para as mulheres do que para os homens. Quase nada mais se pode fazer do que extrapolar para o futuro as proporções observadas até ao presente. É possível que, em certos casos, sobrevenham factores cujos efeitos poderão ser previstos: por exemplo, a modificação do regime fiscal para as mulheres casadas e a generalização dos empregos femininos a tempo parcial.

Além dos movimentos demográficos naturais, é preciso ter em conta as possíveis migrações; assim, para a Suécia, admitiu-se por hipótese uma imigração anual de 10 000 pessoas. Nos Países Baixos, pelo contrário, a previsão assenta sobre uma taxa de emigração substancial, que poderá mesmo ser influenciada por medidas oficiais. As previsões aumentarão de rigor à medida que forem melhor conhecidos os factores das migrações<sup>2</sup>.

### 3. *A procura de mão-de-obra: 1. Previsões e planos de produção*

Quer se trate de prever ou de planificar a procura de mão-de-obra, atribui-se uma importância essencial ao volume da produção a projectar ou a lançar no mercado. É este especialmente, o caso das previsões a curto e a médio prazo, onde a procura de mão-de-obra é a justo título considerada como uma variável derivada dos planos de produção e nas quais se admite que a própria produção depende largamente da procura de bens. Nas previsões a curto e médio prazos, a procura total (em valor monetário) provém de conceitos estabelecidos por Keynes; ela é com efeito a resultante, pelo jogo dum multiplicador, de componentes autónomos das despesas públicas e do investimento. Nas previsões e planos a longo prazo é preciso aplicar outros métodos que se baseiam,

<sup>1</sup> Tem-se notado que a procura de mão-de-obra exercia certa influência sobre o grau de propensão das mulheres e dos jovens a entrarem no mercado do trabalho.

<sup>2</sup> Ver sobre este assunto um estudo de CECILY BLANCO: *The Determinants of Regional Factor Mobility*, Rotterdam, 1962 (a publicar).

em princípio, sobre a hipótese de que a produção depende de factores plenamente empregados, sem qualquer margem por utilizar. Para os países em vias de desenvolvimento, a previsão da produção assenta muitas vezes sobre a evolução, no tempo, do volume disponível de bens de equipamento, à qual se aplica um coeficiente fixo para a relação capital-produto.

Com este fim pode estabelecer-se, em primeiro lugar, um cálculo macro-económico, cobrindo o conjunto da economia, e alterar depois, progressivamente, este cálculo em função dos diversos sectores, aplicando-lhe coeficientes diferentes para a relação capital-produto. A estas duas etapas sucessivas podemos chamar *fase global e fase sectorial*. A segunda fará por sua vez intervir uma subdivisão da procura total em procura interna e procura externa. O desenvolvimento da procura no tempo dependerá do rendimento, afectado pelas elasticidades<sup>3</sup>. A procura interna depende do rendimento interno e a externa do rendimento do exterior.

Para os países em vias de desenvolvimento o mesmo método pode servir de base às previsões da produção a longo prazo, mas, do ponto de vista teórico, será de maior interesse considerar o trabalho como um factor escasso e utilizar uma função de produção mais complexa, generalizando a função de Cobb-Douglas por exemplo. Contudo, isso significa que será preciso calcular o emprego antes da produção; tratar-se-á, portanto, de um *plano*, mais do que de uma previsão, sendo ponto de partida a evolução mais desejável do emprego e não a mais provável. Este exemplo mostra com que cuidado é preciso distinguir as duas ordens de problemas. A mesma distinção impõe-se também na escolha dos métodos de cálculo da produção nacional, para os quais entra em jogo a taxa de investimento. A evolução do capital global pode ser encarada de maneira diferente conforme se tratar de previsões ou de planos a longo prazo. A *previsão* pode fundar-se na taxa do investimento (e da poupança) observada num período recente, enquanto o *plano* deve ter em conta a *taxa de investimento mais desejável*. É esta, aliás, a primeira decisão, e uma das mais importantes, a tomar quando se elabora um plano de desenvolvimento; ela deve, em princípio, repousar sobre uma apreciação das vantagens e dos inconvenientes que a aceleração da taxa da poupança implica. Uma das vantagens reside, evidentemente, no acréscimo de consumo que daqui resultará; os inconvenientes respeitam às restrições a operar neste mesmo consumo, na fase inicial<sup>4</sup>.

Para a planificação, as avaliações sectoriais da produção

<sup>3</sup> Poder-se-ia citar também outros factores: distribuição dos rendimentos por grupos sociais e por categorias de rendimento, tendência especial dos «novos» produtos (curva logística, por exemplo).

<sup>4</sup> Observar uma tentativa não frutuosa para calcular a taxa de crescimento óptima a partir de dados econométricos em: J. TINBERGEN: «Optimum Savings and Utility Maximization over Time», *Econometrica*, 28 (1960), p. 481.

futura devem ter em conta não só a evolução deduzida da procura, mas também certas perspectivas da oferta de produtos no mercado. Na prática, isto significa que também será necessário fazer intervir noções de *custo*; como regra geral, favorecer-se-á os factores que apresentam para o país as *maiores vantagens relativas*. O facto de o capital ser o principal factor escasso leva a escolher as indústrias *onde a relação capital-produto é mais baixa*. Não se pode dar esta preferência no caso das chamadas indústrias *nacionais*, isto é, aquelas cujos produtos não podem ser exportados nem importados, tais como a energia, os transportes, a construção, a conservação de imóveis, o comércio de distribuição e os serviços pessoais. Estas indústrias devem existir no país numa certa proporção do produto nacional global (ou das suas componentes), qualquer que seja a relação capital-produto que nelas se verificar. Quando muito, poder-se-á fazer uma escolha entre as técnicas que exigem capital e as que reclamam sobretudo trabalho, conforme um ou outro destes factores for mais escasso<sup>5</sup>. Aperfeiçoando o método, poder-se-á calcular a evolução necessária das indústrias nacionais segundo técnicas de «input-output», ligando-a à procura final. O número dos sectores considerados na Suécia é de 35.

As avaliações da distribuição sectorial da produção futura podem ser verificadas à luz das tendências passadas e dos julgamentos dos grupos interessados.

#### 4. A procura de mão-de-obra: II. Profissões e formações requeridas

Várias etapas são necessárias para calcular a procura de mão-de-obra a partir das avaliações sectoriais da produção. A procura total da mão-de-obra de cada sector evoluirá mais lentamente do que a produção, em virtude das *condições técnicas*, tais como o acréscimo da produtividade do trabalho. Esta pode ser avaliada por forma *autónoma*, em geral por meio de uma extrapolação das tendências passadas. Por vezes, dispõe-se de métodos um pouco mais complexos, que fazem intervir a relação entre a produtividade e o volume absoluto da produção, tal como a chamada relação de Verdoorn<sup>6</sup>, segundo a qual o emprego apresenta uma elasticidade de 0,5 em relação à produção. Em certos casos, bastante raros, poder-se-á proceder a análises ainda mais precisas, que supõem técnicas de produção intermutáveis e que

---

<sup>5</sup> Cf. G. K. BOON: «Choice of Industrial Technology: the case of Wood-Working», *Industrialization and Productivity*, United Nations, 1960, Bulletin 3, p. 25.

<sup>6</sup> Cf. P. J. VERDOORN: «Complementary and Long-range Projections», *Econometrica*, 24 (1956), p. 429, relation (55).

investigam o custo mínimo, sobre a base dos preços do mercado ou de preços fictícios<sup>7</sup>.

Poder-se-á operar uma correcção distinta no caso de se esperar uma modificação da *duração do trabalho* (ou se esta modificação for deliberadamente exigida pela planificação estudada).

Para certos sectores, convirá talvez recorrer a métodos especiais, por exemplo, no caso da agricultura.

As avaliações obtidas por estes métodos gerais podem ser verificadas de novo durante discussões com os peritos e os meios interessados.

A conversão das cifras de produção em cifras de emprego, subdivididas, se é este o caso, em *grupos de profissões* ou de *postos de trabalho*, requer evidentemente dados estatísticos sobre o número de trabalhadores pertencentes às diferentes categorias profissionais e empregados nos diversos sectores económicos. Na maior parte das vezes, estes dados serão fornecidos pelos recenseamentos mas, a despeito do seu número, estes não fornecem elementos suficientemente precisos. As previsões e os planos deverão utilizar melhor as informações disponíveis, mas, de futuro, terão de reunir-se certas condições se se quiser levar a bom termo os trabalhos aqui referidos. Será preciso classificar os empregados por grupos de profissões comparáveis e em função do nível e do tipo de formação necessários<sup>8</sup>. Estabelecendo estas classificações convirá tentar obter novos dados comparáveis às informações fornecidas por outras fontes. Lembra-se que certas profissões estão longe de ser homogêneas do ponto de vista da formação que requerem, e que podem produzir-se distorções nas formas de recrutamento.

Pode avaliar-se o grau de detalhe utilizado na Suécia, se se considerar que as categorias de ensino têm estado aí subdivididas em 300 grupos; mas agrupamentos menos numerosos seriam já bastante úteis.

Em regra, supor-se-á que a procura de mão-de-obra expressa por um dado sector da economia se distribui segundo coeficientes fixos entre as diversas categorias do ensino. Este facto parece excluir as possibilidades de substituição, ainda que estas existam. Salvo nos casos de inquéritos especiais, apenas fizemos apelo, até aqui, às tendências passadas, a fim de avaliar os efeitos de tais substituições (por exemplo o emprego de diplomados em Direito em lugar de economistas, para certas ocupações da indústria).

Para as necessidades da *política de desenvolvimento regional* poder-se-á, em última análise, utilizar as avaliações da procura de

---

<sup>7</sup> Jan TINBERGEN: *The design of Development*, Baltimore, 1956, p. 39. United Nations (E.C.A.F.E.): *Programming Techniques for Economic Development*.

<sup>8</sup> Um estudo notavelmente detalhado foi feito para a Índia (Documentos não publicados da Comissão do Plano).

mão-de-obra segundo dados regionais, tendo estes em conta a implantação prevista das novas empresas de cada sector.

##### 5. *A procura de meios de formação*

Os valores obtidos até aqui indicam o número de trabalhadores que os organizadores das actividades produtivas requerem de cada profissão, assim como a sua repartição por tipos e por níveis de formação. Mas estes números globais, que, de algum modo, dizem respeito ao «stock» de mão-de-obra, devem ser inscritos como «apports» no mercado do emprego, a fim de indicar o número de pessoas formadas ao longo de cada ano do período considerado. O método a utilizar aqui consiste, evidentemente, em avaliar para cada ano, sucessivamente e por tipos de formação requeridos, o número de empregos a prover em virtude das reformas e dos óbitos (e talvez da emigração). Partindo do «stock» actualmente disponível, possuindo tal ou tal formação, poderá então calcular-se a procura de novos «apports» que o sistema de educação deverá satisfazer nas mesmas categorias.

Devido à «duração» dos indivíduos é evidente que se hão-de reencontrar certos fenómenos análogos aos processos de aceleração. Se por exemplo se procura elevar a taxa de crescimento do sector considerado, é possível que uma elevação moderada implique um acréscimo considerável dos efectivos a formar. Uma relação ainda mais complexa se nota quanto aos efectivos de professores nos centros pedagógicos. Estes podem ser comparados a bens de produção de ordem secundária e os seus efectivos são ainda mais sensíveis às variações do desenvolvimento económico geral.

No conjunto, não se possui até aqui senão raras informações sobre os factores que comandam as variações da procura deste ou daquele tipo de mão-de-obra. É provável que o papel da evolução tecnológica seja sob este aspecto considerável, mas as observações estatísticas dizem respeito a um período ainda demasiado curto para que os seus resultados possam fornecer desde já indicações sobre as tendências a longo prazo.

##### 6. *A oferta de mão-de-obra: Previsões a curto e médio prazo*

Os métodos a utilizar para a oferta de mão-de-obra são ainda mais diferenciados do que no caso da procura, conforme se trata de previsões ou de planos. A razão disto é sobretudo devida ao facto de a política de desenvolvimento visar precisamente a adaptação do ensino às exigências da procura, ainda que, para a previsão, o ensino seja considerado como um dado do problema, sobretudo se este se põe a curto prazo.

Para falar em primeiro lugar do *problema da previsão* (a curto prazo), notar-se-á que os dados que dizem respeito ao sis-

tema educativo podem ser utilizados para prever o número de pessoas qualificadas que estarão disponíveis nas diversas categorias. Mas, em prazo um pouco mais longo, os números assim obtidos estão arriscados a desviar-se dos valores da procura. Desde logo, a capacidade do «sector escolar» — quer seja calculada em efectivos do corpo docente quer em meios físicos — corre o risco de limitar a produção de elementos formados; em segundo lugar, os alunos e as famílias têm preferências que nem sempre estão de harmonia com a procura. O favor de que gozam as profissões «não manuais» é um exemplo típico do que se afirma.

Para as *previsões a médio prazo*, será preciso ter em conta certos factores suplementares, como sejam os planos eventualmente estabelecidos para prolongar a escolaridade obrigatória. Tem-se um exemplo deste facto nas avaliações feitas na Suécia a respeito da produção do sistema escolar, entre 1960 e 1975. Estas previsões utilizam diversos instrumentos técnicos: coeficientes derivados das tendências observadas na percentagem de candidatos a alunos do ensino secundário; percentagem destes alunos que alcançam o final do curso, etc.

Estas técnicas podem, evidentemente, aplicar-se às previsões a longo prazo, mas o seu valor decresce à medida que se alonga o período coberto pela extrapolação. Além disso, é oportuno pensar que o processo educativo deverá, a prazo mais longo, adaptar-se às circunstâncias (isto é, à procura de mão-de-obra) e que assim será possível actuar sobre a evolução da oferta.

#### 7. *Confronto da procura e da oferta: Previsões e planos*

Os métodos esboçados nas secções precedentes puderam, portanto, permitir-nos obter, para os cálculos a curto e a médio prazo, avaliações da procura e da oferta de mão-de-obra classificadas por profissões e tipos de formação. É possível, em seguida, confrontar estas estimativas e observar as distâncias que podem separá-las. A comparação pode fazer-se, quer entre os recursos globais pedidos e os que estiverem disponíveis, quer entre as novas procuras e os novos «apports» de mão-de-obra.

Se se notarem desvios de certa amplitude, impõem-se medidas; noutros termos, é preciso estabelecer um plano e não, unicamente, previsões. A curto prazo existem poucas possibilidades de fazer concordar a procura e a oferta. É muitas vezes o mais baixo factor que dominará: a produção será inferior ao nível desejado, devido à falta de certos tipos de mão-de-obra, ou verificar-se-á o mesmo quanto ao emprego, em seguida a uma ausência de procura. Encontram-se no estudo sueco, números precisos calculados na Suécia. Poderão aplicar-se ajustamentos a este afastamento da procura e da oferta: horas suplementares autorizadas, formação acelerada com vista a uma reconversão, utilização de mão-de-obra



menos qualificada ou, inversamente, emprego de pessoas qualificadas para execução de tarefas reclamando menores qualificações. Em prazo mais longo será talvez possível reorientar os novos «apports» de mão-de-obra, através de um esforço de informação sobre as carreiras oferecidas.

A prazo ainda maior, este trabalho de informação, completado por uma *redistribuição dos rendimentos*, poderá contribuir para adaptar a produção do sistema de educação às exigências da procura. Simultaneamente, a procura de mão-de-obra poderá, ela própria, ser reorientada por uma modificação dos objectivos da produção e por um arranjo consecutivo do volume do investimento. É assim que os planos franceses de equipamento têm sido modificados no decurso da execução, quando o emprego se revela inadequado, devido à insuficiência relativa dos investimentos inicialmente projectados. Num plano holandês a longo prazo, prevê-se actuar sobre a taxa de emigração para assegurar a concordância da procura e da oferta.

No quadro da *política a longo prazo*, não é tão útil estabelecer primeiro a previsão, para efectuar em seguida os arranjos necessários. A óptica é diferente e conduz à elaboração directa dum *plano*. O quadro lógico pode então ser escolhido diferentemente, como se disse na Secção 1. Preferir-se-á talvez escolher desde o início certos objectivos de desenvolvimento a longo prazo, por forma a considerá-los como dados, tomando como incógnitas os meios de acção. Entre estes últimos, os mais importantes seriam a estrutura da produção futura — e os investimentos que a determinam — assim como o ensino.

## 8. Os planos de desenvolvimento a longo prazo

Os planos de que temos tratado apresentam uma importância particular para os países em vias de desenvolvimento. Para grande número deles, com efeito, a situação actual é tão precária que só uma perspectiva a prazo mais longo pode inspirar a acção dos meios políticos. Se se quiser melhorar estas condições será preciso ter cuidado em não dissipar os recursos, e bem assim definir uma política de planificação. Esta política exigirá que sejam fixados sem ambiguidade os *objectivos* do desenvolvimento, e o mais importante de entre estes será o crescimento do produto nacional. Dado o desemprego generalizado que caracteriza tais países, será preciso também desenvolver o emprego. Uma das dificuldades fundamentais reside precisamente na natureza *contraditória* destes dois objectivos máximos, ou pelo menos na inconsistência entre certos meios utilizados e a preocupação de crescer o emprego. Pensa-se com frequência — às vezes a justo título — que um dos meios mais rápidos de incrementar a produção consiste em criar

*indústrias fortemente dotadas de capital*. Mas estas quase não criam emprego suplementar e há mais a esperar das indústrias e projectos que *exigem muita mão-de-obra*. Vê-se, por este exemplo, que será necessário realizar *pesquisas* para descobrir os métodos de produção mais úteis.

Outras razões militam a favor duma planificação a longo prazo mais avançada, nos países em vias de desenvolvimento. Regra geral, deverão modificar a sua estrutura e deste modo, investigar a possibilidade de criar novas actividades. Ser-lhes-á também preciso pôr de pé um sistema de ensino que não tem ainda a amplitude do dos países evoluídos; e devem usar da maior prudência ao organizarem este sistema em função da melhor estrutura da produção.

O processo de planificação a preconizar não será descrito com grande detalhe no presente estudo. Será suficiente, sem dúvida, referir alguns documentos e obras existentes<sup>9</sup>. Certos elementos que interessam mais directamente à planificação do emprego e da instrução podem todavia ser aqui enumerados.

Será útil, por motivos práticos, adoptar um método de planificação por etapas<sup>10</sup>, com uma fase *global* (macro-económica), uma fase *sectorial* e uma fase *regional*. As duas primeiras podem desenrolar-se como está indicado na secção 3. Se o acréscimo do emprego for considerado como uma tarefa urgente, a selecção dos sectores individuais pode ser fundada sobre a sua *capacidade de absorção da mão-de-obra*. As escolhas provisórias assim efectuadas podem ser verificadas no decurso da fase por projectos. Para as perspectivas mais importantes oferecidas ao investimento será necessário estudar em separado cada um dos projectos, com as soluções alternativas respeitantes, se for caso disso. Entre todos os que se apresentarem, convém escolher os que permitirem tanto quanto possível *utilizar todo o capital e toda a mão-de-obra disponível*, trazendo uma contribuição máxima para o produto nacional. O método dos preços fictícios ou dos custos contabilísticos pode ser empregado com este fim; se não for possível utilizar toda a mão-de-obra, o seu custo contabilístico deve ser estimado em zero e a selecção dos projectos deve ter em conta este custo.

Em seguida, as necessidades de *formação* têm que ser deduzidas da estrutura de produção escolhida. Os recursos em meios de formação tão-pouco serão considerados como um factor autónomo, mas a planificação escolar fará coincidir estes recursos com as necessidades. Quanto à procura de formação — tal como ela é expressa pelos alunos e pelas famílias — far-se-á coincidi-la com

---

<sup>9</sup> Ver a nota 7, cf. além disso: H. B. CHENERY et P. G. CLARK: *Interindustry Economics*, New York, 1959.

<sup>10</sup> Cf. J. TINBERGEN, «Planning in Stages», *Statsokonomisk Tidskrift* (1962).

os recursos por um dos métodos mencionados na Secção 7. Conceder-se-ão rendimentos suplementares a certas categorias escasas da mão-de-obra qualificada, a fim de regularizar o mercado do trabalho, e poder-se-á até conceder subvenções aos estudantes em certas disciplinas.

9. *Organização e actuações sobre o emprego e a educação: Previsões e planificação*

Não serão inúteis algumas pequenas observações respeitantes à organização e aos procedimentos.

A instituição ou o grupo de instituições encarregadas das operações descritas nas Secções precedentes podem ser mais ou menos centralizadas. O sistema *mais centralizado* seria o que confiasse o conjunto das tarefas a uma só instituição, espécie de organismo central de planificação que exerceria o seu controle sobre todos os aspectos do processo. A vantagem deste sistema residiria na coerência dos métodos seguidos e dos números utilizados. O seu inconveniente resultaria de o pessoal se encontrar bastante afastado da realidade e um tanto estranho às decisões políticas tomadas nos diversos domínios. Também a maior parte dos países tem aplicado uma divisão do trabalho entre os diversos ministérios (com os seus serviços) e um órgão central de planificação. Este deve assegurar por forma adequada a coordenação dos trabalhos e a coerência dos dados. Na opinião do autor, a existência deste órgão central impõe-se em todos os casos em que são conhecidas as relações macro-económicas inerentes à própria economia. Esta unidade tem a sua palavra a dizer em todo o trabalho de planificação que interessa ao conjunto da economia.

A frequência dos contactos com o mundo exterior, e mais particularmente com os grupos sociais interessados, é uma questão independente da centralização. É lícito a um órgão de planificação, quer seja ou não centralizado, consultar ou não o mundo exterior.

Dois argumentos militam fortemente a favor de contactos intensivos com o exterior: o da *democracia* e o da *informação*. Constitui atitude democrática proporcionar a diversos grupos sociais ocasião de se exprimirem antes de dar aos planos ou às previsões a sua forma definitiva. Estes grupos podem dispor de informações que falem aos serviços do plano e contribuem assim para a melhoria dos resultados. Inversamente, eles tirarão lucro dos seus contactos com os especialistas da planificação, como mostra a experiência dos três países estudados.

(Tradução de Deolinda Franco Coimbra)